



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP

Secretaria Municipal da Saúde

*RELATÓRIO ANUAL DE
GESTÃO
2016*



Sistema Único de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde - RIBEIRAO PRETO

CNPJ: 56.024.581/0001-56

rua Prudente de Moraes, 457

Telefone: 1639779301 - E-mail: gabinete@saude.pmrp.com.br

14015-100 - RIBEIRAO PRETO - SP

RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício

Nome: SANDRO SCARPELINI

Data da Posse: 01/01/2017

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: STÊNIO JOSÉ CORREIA MIRANDA

Data da Posse: 01/06/2010

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere a RAG?

Não

1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do FMS

Tipo Lei - 5971

CNPJ

12.885.763/0001-46 - Fundo de Saúde

Data

23/04/1991

O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde?

Sim

Gestor do FMS

SANDRO SCARPELINI

Cargo do Gestor do FMS

Secretário de Saúde

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CMS

Tipo Lei - 5972

Nome do Presidente do CMS

VANILDO CUSTÓDIO DE SOUZA

Data

23/04/1991

Segmento

usuário

Data da última eleição do Conselho

22/01/2016

Telefone

1639779388

E-mail

conselho@saude.pmrp.com.br

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde

06/2015

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria tem Plano de Saúde?

Sim

A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 12 Em 29/12/2013

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PMS 2014_2017.pdf

Ata Aprovação PMS 2014 2017.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2016?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 4 Em 18/11/2015

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PAS 2016 aprovada pelo CMS em reuniao dia 18 11.pdf

Ata CMS aprovação PAS 2016.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 2 Em 18/08/2016

ARQUIVOS ANEXOS

Documento
PAS 2017 aprovada.pdf
Ata aprovação PAS 2017 CMS-E 18.08.2016.pdf

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

Sim

O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

1.7 Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde:

Aquífero Guarani

O município participa de algum consórcio?

Sim

O município está organizado em regiões intramunicipal?

Sim Quantas? 5

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

O Relatório Anual de Gestão – RAG, instrumento da gestão do SUS, regulamentado pelo item IV, do art. 4º, da Lei 8.142/1990, referenciado também na Lei Complementar 141/2012 e Portaria 575/2012 do Ministério da Saúde, apresenta as principais ações desenvolvidas no ano, embasadas na Programação Anual de Saúde 2016 e o conjunto de indicadores pactuados. Trata-se de documento que explicita a execução e a avaliação das ações da gestão local durante o exercício em questão, aliada ao orçamento executado.

Importante analisar que o ano de 2016 foi regido por aprofundamento das instabilidades política e agravamento da crise econômica, com reflexos nos três níveis de governo, prejudicando novos investimentos. O cenário de recessão, com queda das receitas, compromete a responsabilidade das administrações municipais e consequente execução e alcance das metas propostas nos processos de planejamento. O sub-financiamento da saúde aliado à necessidade de repactuação interfederativa das responsabilidades deste financiamento ainda são um dos maiores problemas a serem enfrentados. Em 2016 o município vivenciou a maior epidemia relacionada às arboviroses com 57.362 casos notificados de dengue e 35.042 casos confirmados. Destaque também para os casos de Chikungunya com 153 casos notificados e 9 casos confirmados e também os casos de Zika Vírus com 5.509 casos notificados destes, 792 casos notificados foram de gestantes com exantema. Foram registrados 10 casos confirmados de Microcefalia ou outras alterações neurológicas, possivelmente relacionadas à infecção pelo Zika Vírus, conforme Normas do Ministério da Saúde. O município registrou também 1 caso de Febre Amarela humana.

A Secretaria da Saúde no ano de 2016 continuou contabilizando várias aposentadorias em diversos setores, havendo grande dificuldade para manutenção do seu quadro de profissionais em virtude das legislações vigentes, em especial com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme preconizado, este Relatório Anual de Gestão foi precedido pelas Prestações de Contas quadrimestrais, realizadas em audiências públicas na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, sendo também apresentadas no Conselho Municipal de Saúde.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, continuamos na defesa intransigente do SUS como modelo de política pública para a saúde buscando corresponder às necessidades da nossa população.

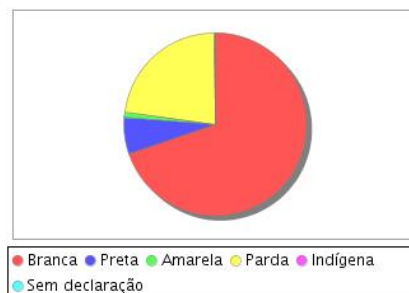
2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2016

674.405

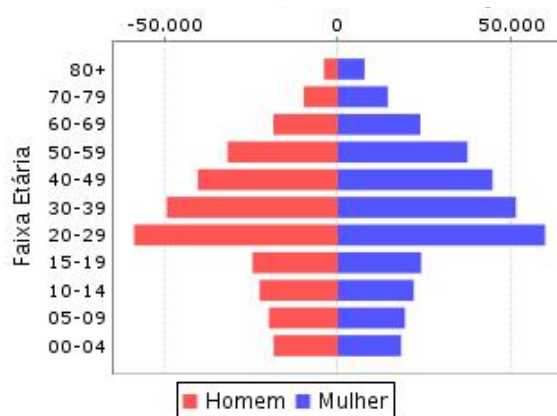
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	619.746	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	421.800	72,88%
Preta	38.483	5,71%
Amarela	5.651	0,84%
Parda	138.056	20,47%
Indígena	565	0,08%
Sem declaração	127	0,02%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	18.448	18.251	36.699
05-09	19.816	19.345	39.161
10-14	22.501	21.877	44.378
15-19	24.551	24.024	48.575
20-29	58.588	59.687	118.275
30-39	49.246	51.312	100.558
40-49	40.289	44.580	84.869
50-59	31.711	37.348	69.059
60-69	18.527	23.760	42.287
70-79	9.777	14.427	24.204
80+	3.948	7.733	11.681
Total	297.402	322.344	619.746



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

A população estimada para o município de Ribeirão Preto no ano 2016, de acordo com o TCU foi de 674.405 habitantes, a população aumentou em 1,2% em um ano, com 8.082 moradores a mais. Entre os 30 maiores municípios brasileiros, a população ribeirão-pretana foi a sexta com maior taxa de aumento populacional, cresceu o dobro da capital paulista, maior cidade do país e bem mais que a média (0,86%) do Brasil.

O perfil demográfico do município, de acordo com o censo IBGE 2010, aponta que a população ribeirão-pretana é predominantemente branca (72,88%). Em relação à pirâmide populacional, de acordo com estimativa do IBGE para o ano 2012, há uma equivalência entre os sexos (48% do sexo masculino e 52% do sexo feminino), com predomínio da população feminina a partir da faixa etária de 20 anos; 12,8% da população está na faixa etária de 60 anos ou mais, 5,9% da população está na faixa etária de zero a 4 anos e 49% da população encontra-se na faixa etária entre 20 a 49 anos.

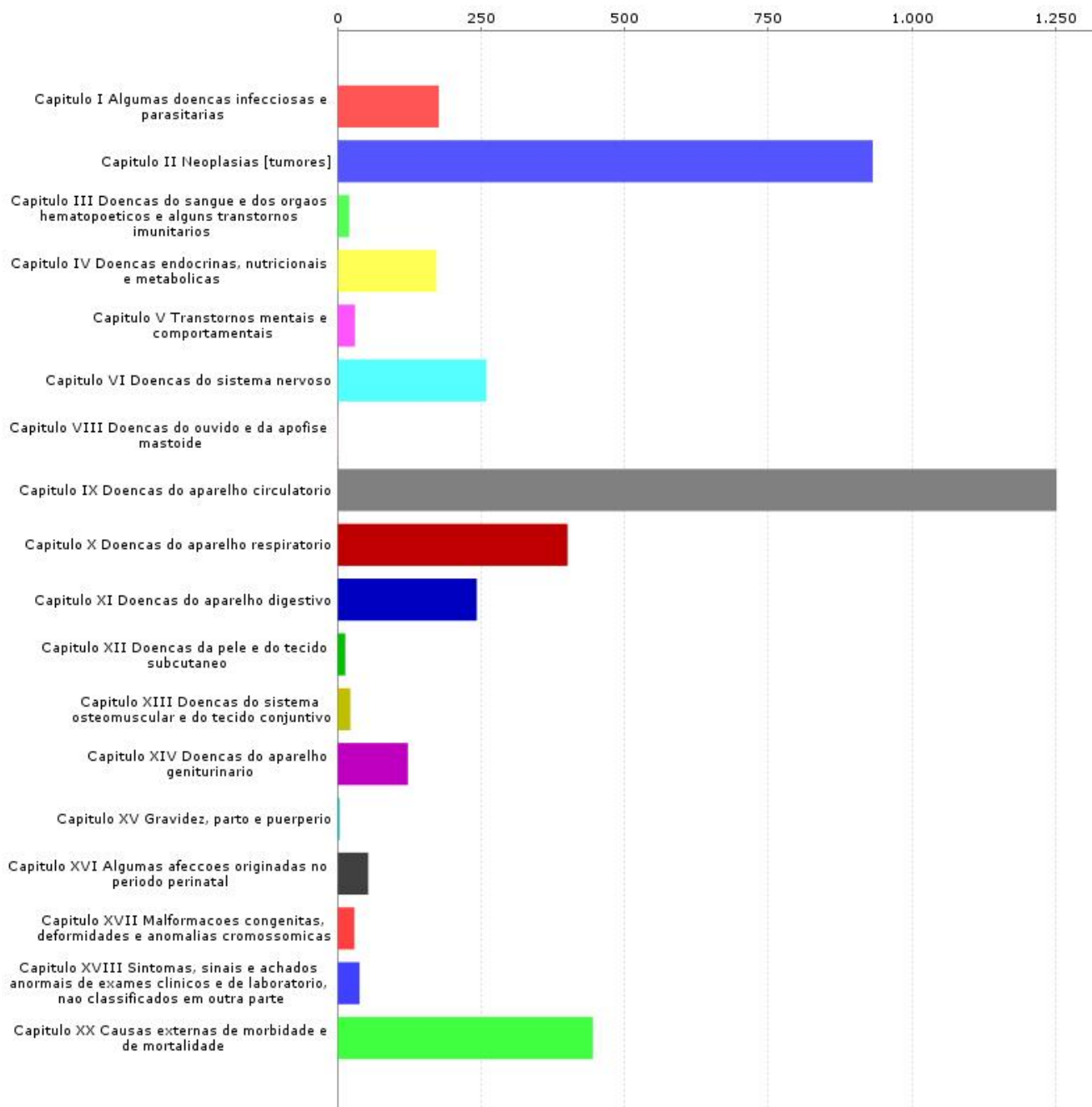
2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2015)

Última atualização: 16/03/2017 14:43:23

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2	2	0	0	0	2	18	21	29	30	32
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	2	1	2	3	12	25	60	164	220	218
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	0	2	0	1	0	0	0	5	1	3
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	2	2	1	6	7	23	34	46
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	2	5	1	11	7
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	0	0	0	0	3	4	5	7	15	39
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	1	0	1	1	1	6	17	55	133	230	337
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	6	3	0	0	2	2	6	11	30	56	85
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	8	25	42	48	55
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	1	1	0	1	6	6
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	1	0	1	3	8	18	21
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	48	0	1	0	3	0	1	1	0	0	0
Capítulo XVII Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas	19	2	2	1	3	1	0	1	0	0	1
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	1	0	0	1	1	2	2	4	8	8	7
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	5	3	0	4	25	49	65	44	42	43	53
Total	83	12	7	11	42	82	157	242	496	723	910

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	41	0	177
Capítulo II Neoplasias [tumores]	225	0	932
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	8	0	21
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	52	0	173
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	5	0	31
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	187	0	260
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	1	0	2
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	470	0	1.252
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	199	1	401
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	65	0	243
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	9	0	14
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	8	0	23
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	71	0	123
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	4
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	54
Capítulo XVII Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas	0	0	30
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	5	0	39
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	111	1	445
Total	1.457	2	4.224



Análise e considerações sobre Mortalidade

Em 2016 ocorreram 4.224 óbitos no município (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2015) - Última atualização: 22/02/2017 11:54:04. O Coeficiente de Mortalidade Geral (CMG) foi de 626,33/100.000 habitantes, menor do que o registrado em 2015 que foi de 636,03.

As doenças do aparelho circulatório mantêm-se como a primeira causa de mortalidade, perfazendo um total de 1.252 óbitos, dos quais, 83% ocorreram a partir dos 60 anos (1.037 óbitos).

A segunda causa de mortalidade foram as neoplasias com 932 óbitos, dos quais, 88,7% ocorreram a partir dos 50 anos (827 óbitos). Nota-se também que nas faixas etárias anteriores aos 60 anos, as neoplasias acometeram mais dos que as doenças do aparelho circulatório.

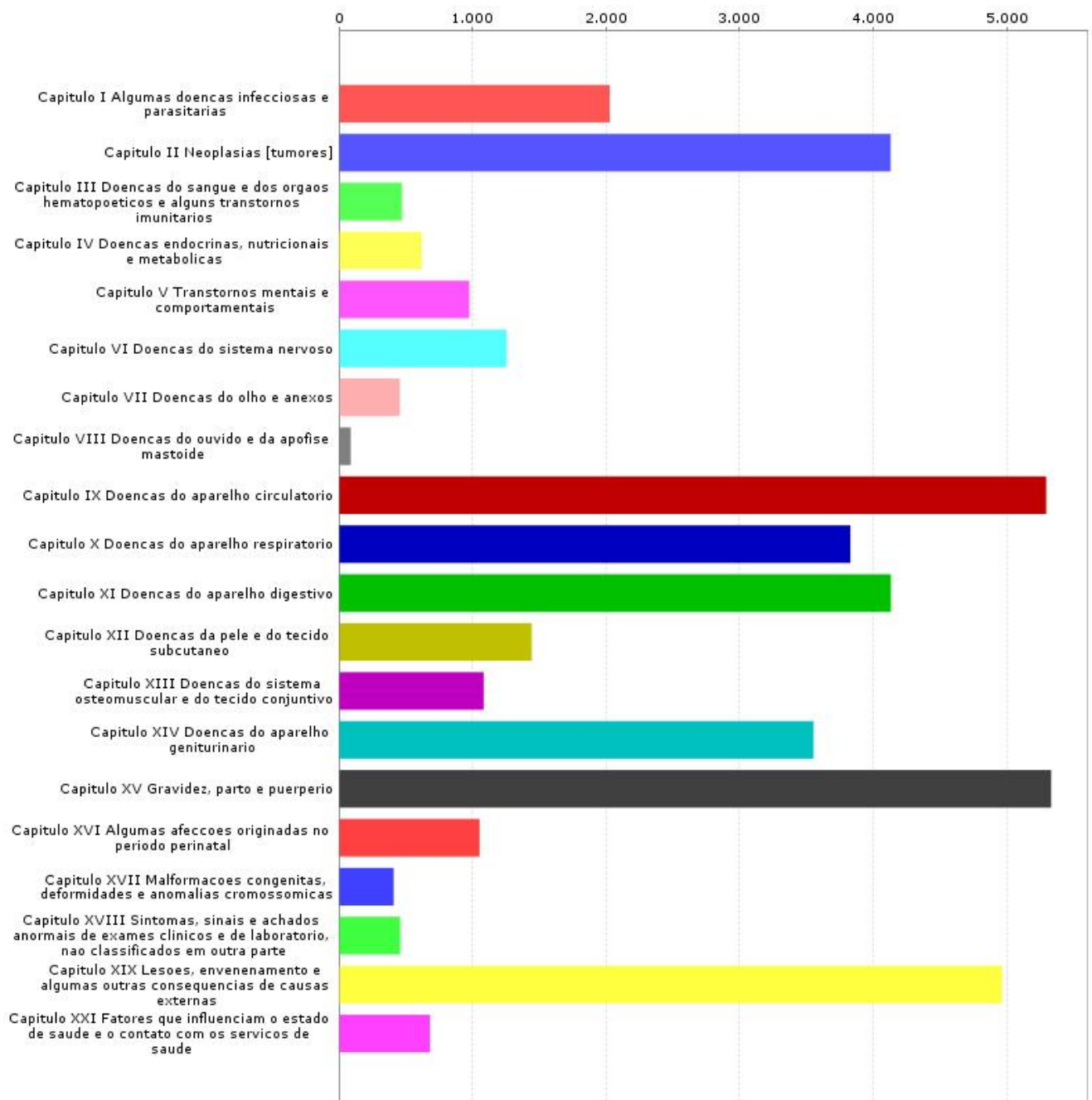
As causas externas foram a terceira causa de mortalidade com 445 óbitos, com destaque para a faixa etária acima de 80 anos que correspondeu a 24,9 % dos óbitos deste capítulo, com 111 casos. A faixa etária de n20 a 59 anos correspondeu a 45% dos óbitos, com 200 casos.

A quarta causa de mortalidade são as doenças do aparelho respiratório, com 401 óbitos, dos quais, 84,8% dos casos ocorreram na faixa etária acima de 60 anos (340 óbitos).

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan a Dez - 2016)

null

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	112	86	35	41	60	134	230	297	291	307	262	173	2.028
Capítulo II Neoplasias [tumores]	8	32	38	70	46	106	260	518	924	1.122	677	330	4.131
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	7	22	12	14	25	49	50	51	56	75	57	55	473
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	16	18	30	22	19	44	57	88	102	103	82	40	621
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	3	3	10	69	227	248	172	138	62	35	10	977
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	38	94	37	34	44	82	134	131	215	231	147	71	1.258
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	3	7	13	9	8	19	37	33	84	106	109	30	458
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	4	7	7	15	4	10	11	11	10	8	2	1	90
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	7	7	7	10	21	118	281	612	1.103	1.412	1.026	691	5.295
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	408	325	197	91	71	148	178	228	425	578	582	599	3.830
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	59	120	100	121	140	446	550	614	722	642	395	224	4.133
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	23	47	37	28	57	169	199	179	181	258	153	113	1.444
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	15	21	42	33	148	172	154	178	199	88	34	1.085
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	28	36	38	72	133	374	435	455	562	598	504	319	3.554
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	2	0	0	52	793	2.834	1.482	168	0	1	0	0	5.332
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	1.050	0	0	1	0	2	1	0	0	0	0	0	1.054
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	94	90	38	39	39	54	25	13	12	2	4	1	411
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	63	10	13	17	13	46	38	42	75	62	59	22	460
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	21	117	135	161	265	950	804	687	588	495	413	329	4.965
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	35	3	4	6	10	121	349	105	28	17	4	1	683
Total	1.979	1.039	765	855	1.850	6.081	5.541	4.558	5.694	6.278	4.599	3.043	42.282



Análise e considerações sobre Mortalidade

Em 2016 foram registradas 42.282 internações de residentes de Ribeirão Preto, em 2015 ocorreram 40.223 internações. De acordo com os capítulos da CID 10, Gravidez, parto e puerpério foi a primeira causa de internação, com 5.332 casos, correspondendo a 12,8% das ocorrências. As doenças do aparelho circulatório foi a segunda causa de internação, com 5.295 casos, correspondendo a 12,5% das ocorrências. As causas externas foram a terceira causa de internação, com 4.965 casos, representando 11,7% das internações. Em quarto lugar aparecem as doenças do aparelho digestivo com 4.133 casos, correspondendo a 9,8% das ocorrências. Em quinto lugar estão as neoplasias, com 4.131 internações. Em menores de 1 ano ocorreram 1.050 internações, classificadas no Capítulo XVI algumas afecções originadas no período perinatal, o que representou 53% das internações nesta faixa etária.

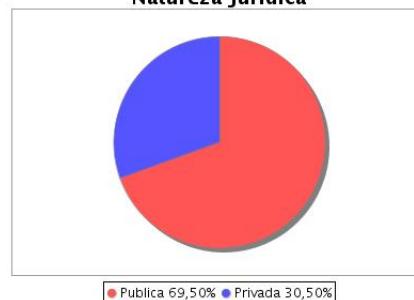
3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	50	50	0	0
POLICLINICA	6	6	0	0
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	16	16	0	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	13	13	0	0
FARMACIA	1	0	1	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	26	20	6	0
HOSPITAL GERAL	9	7	2	0
HOSPITAL ESPECIALIZADO	2	0	2	0
COOPERATIVA	1	1	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	1	1	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	2	1	1	0
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	2	2	0	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	6	6	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	1	1	0	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	1	1	0	0
CENTRAL DE REGULACAO	1	0	1	0
Total	138	125	13	0

Tipo Gestão



Natureza Jurídica



3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
ESTADUAL	30	12	18	0
MUNICIPAL	166	166	0	0
PRIVADA	86	72	14	0
Total	282	250	32	0

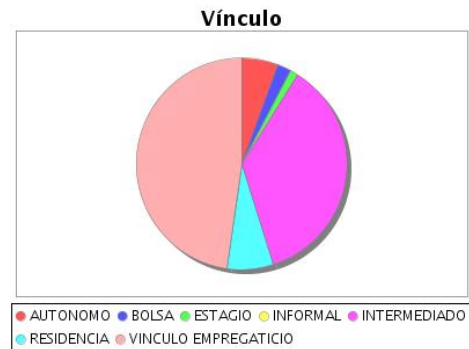
Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

Os estabelecimentos de saúde que prestam serviços ao SUS no município de Ribeirão Preto, inscritos no CNES, totalizam 141 serviços, sendo 16 (11,34%) sob gestão estadual e 125 (88,65%) sob gestão municipal.

O município está dividido em cinco distritos sanitários, sendo que os serviços de saúde estão localizados e distribuídos nestes distritos.

Destacamos aqui os centros de saúde/unidades básicas, com um total de 50 serviços, distribuídos nos cinco distritos sanitários do município, com população da área de abrangência de cada unidade definida para melhor organização da oferta de serviços conforme a demanda, facilitando também a obtenção de alguns indicadores de saúde específicos da unidade. A assistência à saúde de média e alta complexidade é ofertada nos estabelecimentos municipais, estaduais e também em serviços filantrópicos e privados contratados para complementação da assistência.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
INTERMEDIADO P ENTIDADE FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVO	3
INTERMEDIADO POR EMPRESA PRIVADA	2
PESSOA FISICA	260
PESSOA JURIDICA	394
SEM INTERMEDIACAO(RPA)	1
SEM TIPO	1
TOTAL	661
BOLSA	
TIPO	TOTAL
BOLSISTA	245
TOTAL	245
ESTAGIO	
TIPO	TOTAL
ESTAGIARIO	145
TOTAL	145
INFORMAL	
TIPO	TOTAL
TOTAL	1
VOLUNTARIADO	1
INTERMEDIADO	
TIPO	TOTAL
AUTONOMO	83
CELETISTA	833
CONTRATADO TEMPORARIO OU POR PRAZO/TEMPO DETERMINADO	2
COOPERADO	74
EMPREGADO PUBLICO CELETISTA	3257
TOTAL	4249
RESIDENCIA	
TIPO	TOTAL
RESIDENTE	836
TOTAL	836
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSONADO	4
CELETISTA	2250
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	58
EMPREGO PUBLICO	65
ESTATUTARIO	3225
TOTAL	5602



Análise e Considerações Profissionais SUS

Do total de profissionais que prestam assistência ao SUS no município (11.739 profissionais), podemos observar que a maioria é contratada pelo regime celetista e estatutário, considerados vínculos protegidos, correspondendo a 82,52% (9688 profissionais).

O município busca constantemente a qualidade no atendimento em saúde, e coerente a estratégia de desprecarização do trabalho em saúde do governo federal, possui a maioria dos profissionais que atuam nas unidades de saúde municipais contratados pelo vínculo estatutário.

Quando comparado ao ano de 2015, houve aumento de 7,4% no total de profissionais SUS.

5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

Diretriz. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo Nacional: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
1	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	73,00	64,58	%
2	PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS	2,90	3,50	%

Diretriz. Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
3	PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE	64,50	60,71	%
4	PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)	10,00	7,24	%
5	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,38	0,27	RAZÃO
6	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,28	0,27	RAZÃO
7	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	45,00	46,70	%
8	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)	0,90	0,66	/100.000

Objetivo Nacional: Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
10	PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS	100,00	100,00	%
11	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	100,00	100,00	%

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
9	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	9,50	10,10	/1000

Diretriz. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo Nacional: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
12	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	58,00	49,00	N.Absoluto
13	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	311,00	318,42	/100.000
14	PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	75,00	100,00	%
15	PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL	85,00	79,60	%
16	PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	93,00	94,50	%
17	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	95,00	98,40	%
18	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS.	800,00	740,00	N.Absoluto
19	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	1,00	2,00	N.Absoluto
20	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	90,00	89,80	%
21	PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE	80,00	79,82	%
23	NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE	10,00	8,00	N.Absoluto
24	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	4,00	3,00	N.Absoluto

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
25	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	100,00	38,90	%

Objetivo Nacional: Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
26	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	100,00	100,00	%

Diretriz. Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

Objetivo Nacional: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
27	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS	100,00	100,00	%

Diretriz. Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Objetivo Nacional: Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
28	PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AO CONSELHO DE SAÚDE	1,00	1,00	N.Absoluto

Diretriz. Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

Objetivo Nacional: Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
29	PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE	1,00	1,00	N.Absoluto

5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

Valor R\$ 550.896.341,00

Valor R\$ 541.602.636,45

Análise e Considerações

Para o ano 2016 foi orçado R\$ 550.896.341,00 houve uma suplementação de R\$ 48.750.758,00 e foi empenhado R\$ 552.131.738,21. No final do exercício, foi liquidado R\$ 541.602.636,45 e pago R\$ 485.824.134,82. Do orçamento previsto, 98,31% foi liquidado.

Anexado a execução detalhada das metas previstas na Programação Anual de Saúde (PAS) 2016. Foram previstas 75 metas sendo obtido os seguintes resultados: 60% das metas foram atingidas, 22,66% das metas não foram atingidas e 17,33% das metas foram parcialmente atingidas.

Em relação aos indicadores de saúde, dos 29 itens pactuados, o município atingiu 44,82% das metas propostas.

As dificuldades em relação ao não atingimento da meta do indicador 1 (acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família) foram: recusa da família em ir até a Unidade de Saúde, a Unidade de Saúde não encontra a família no endereço relacionado e muitas famílias que não são mais beneficiárias continuam na listagem do Programa.

O município não conseguiu melhorar o indicador da proporção de exodontia, passando de 2,95% em 2015 para 3,5% em 2016. O aumento no resultado deste indicador foi devido à diminuição do número de cirurgiões dentistas da rede municipal de saúde e consequente diminuição no número total de procedimentos clínicos individuais preventivos e curativos (denominador).

Com relação ao indicador 3 (Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente) o município não atingiu a meta, a secretaria vai investigar os 20 casos de óbitos em serviços pré-hospitalares.

O município também não atingiu a meta dos indicadores: 5 (Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos), 6 (Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos) e 7 (Proporção de partos normais), que segue os cálculos estipulados no Caderno de Diretrizes, Objetivos e Metas de 2016 do Ministério da Saúde que recomenda a utilização das seguintes fontes: a tabela SIA/SUS, (SIA/SUS) e o (IBGE). Cabe aqui ressaltar que, com os referidos códigos, se obtém os exames realizados somente no SUS, não sendo obtidos os resultados dos exames realizados na Saúde Suplementar. Sendo assim o cálculo da razão é feito com os exames realizados somente no SUS no numerador não sendo considerados os exames da Saúde Suplementar e a com a população total do município (SUS e Saúde Suplementar) no denominador. Concluímos que o cálculo da razão realizado desta maneira exclui um grande número de exames realizados. Quando se calcula a razão considerando somente a população SUS temos: Razão de exames citopatológicos = 0,53; Razão de exames de mamografia = 0,47 e Proporção de partos normais = 64,5.

Quanto ao indicador 8 - Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o município não conseguiu habilitar em 2016 dois serviços: Caps infantil Drª Teresinha G J Gradim e o CAPS II Dr Guido Hetem.

Com relação a Taxa de Mortalidade Infantil, o resultado obtido foi de 10,10/1.000 NV, a meta era de 9,50/1.000 NV, a taxa de mortalidade infantil nos últimos anos tem oscilado em torno de 10 casos /1000 nascidos vivos. Alguns fatores que contribuíram para o não atingimento da meta foram: o número de nascidos vivos e de óbitos infantis diminuíram no ano 2016 e o aumento de óbitos de gemelares prematuros em relação ao ano anterior.

Com relação ao não atingimento do indicador 13 (Taxa de mortalidade prematura), destacamos que a diminuição da mortalidade prematura pelas 4 principais DCNT ainda é muito complexa, uma vez que está relacionada, entre outros, a determinantes e condicionantes da saúde, ao diagnóstico precoce das doenças, ao atendimento de urgência e emergência e às ações de prevenção de doenças e promoção de saúde. Na rede municipal de atenção à saúde ainda é incipiente a realização de ações direcionadas aos fatores de risco comuns e modificáveis relacionados a essas doenças.

Quanto ao indicador 15 (Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar) em 2016 o resultado foi de 79,6%, sendo a meta proposta de 85%, houve uma melhora em relação ao ano anterior (76%), a Secretaria da Saúde tem um programa bem estruturado, 25% dos casos de abandono foram retratados em seguida e tiveram cura e na avaliação dos abandonos e óbitos, a não cura em 90% dos casos novos está relacionada à vulnerabilidade social e individual (moradores de rua, usuários de drogas, alcoolismo e coinfectados com uso de drogas e má adesão).

O município não atingiu o indicador 19 (Número de casos novos de aids em menores de 5 anos), dos 2 casos confirmados, um deles a contaminação se deu através da amamentação pois durante o pré-natal, parto e pós-parto há registro de exames da mãe não reagentes para o HIV, o segundo caso a mãe não fez o pré-natal, o diagnóstico da mãe e do RN foi logo após o parto e no segundo dia de vida a criança já apresentava carga viral detectável.

O indicador 20 (Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes) também não foi atingido, houve uma melhora em relação ao ano anterior, o programa está bem estruturado e foram desenvolvidos vários trabalhos para melhorar a adesão dos pacientes ao tratamento. O indicador 21 (Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase) também não foi atingido, houve uma melhora em relação ao ano anterior, está sendo implantada a avaliação dos contatos nas Unidades Básicas de Saúde com bons resultados.

Com relação ao indicador 24 (Proporção de imóveis visitados em, pelo menos, 4 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue), foram considerados pela SUCEN como primeiro ciclo a produção dos meses: janeiro, fevereiro, março, abril, maio onde atingimos 89%, como segundo ciclo foram considerados os meses de junho, julho, agosto e setembro onde atingimos 109,9% e como terceiro ciclo os meses: outubro, novembro e dezembro, com uma produção de 94%.

Quanto ao indicador 25 (Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez), a meta da Secretaria para 2016 era de 39%, considerando ser esta meta pactuada pelo Estado de São Paulo com os municípios, uma vez que o laboratório de referência é o Adolfo Lutz e este tem limitações de atendimento da demanda. O município realizou a coleta de todas as amostras pactuadas com o Estado, porém uma amostra foi perdida por falha na coleta.

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 30/03/2017 07:41:08

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	19.128.769,76	0,00	0,00	0,00	0,00	19.128.769,76	19.128.769,76	19.128.769,76	19.128.769,76	19.128.769,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	28.000.373,50	2.979.859,50	0,00	583.987,37	190.694.236,08	222.258.456,45	250.553.068,00	248.487.557,42	245.870.966,10	220.602.965,92	246.602.334,00	3.368.068,42	3.520.484,72	1.807.906,83
Vigilância em Saúde	6.763.955,89	278.034,38	0,00	379.881,06	36.537.069,82	43.958.941,15	50.742.675,00	49.168.024,57	48.262.893,91	43.498.292,77	47.193.575,00	1.933.277,68	3.117.946,44	1.645.317,14
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	117.241.492,62	106.000,00	0,00	369.840,05	78.814.439,85	196.531.772,52	215.576.784,00	213.795.632,71	210.084.026,69	191.824.530,29	221.081.700,00	3.662.783,94	1.558.836,39	2.603.294,68
Assistência Farmacêutica	3.643.423,00	1.726.672,04	0,00	184.084,35	1.881.452,20	7.435.631,59	12.079.609,00	11.699.233,39	10.126.668,77	6.537.583,26	10.131.555,00	377.082,16	1.179.653,04	1.700.619,21
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	1.057.539,00	0,00	0,00	153.467,17	173.717,61	1.384.723,78	14.630.385,00	3.089.980,25	1.624.258,35	1.547.694,68	4.960.000,00	8.901,72	2.399.431,36	2.227.558,74
Gestão do SUS	108.000,00	0,00	0,00	203.673,14	14.827.219,19	15.138.892,19	18.150.000,00	17.192.746,59	17.014.770,49	15.317.616,58	18.728.000,00	451.091,23	2.471.162,58	1.841.346,96
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Núcleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	4.707.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.707.287,00	4.707.287,00	4.707.287,00	4.707.287,00	4.707.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEO- Centro Espec. Odontológica	257.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.400,00	257.400,00	257.400,00	257.400,00	257.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	15.442.004,50	2.979.859,50	0,00	583.987,37	190.694.236,08	209.700.087,45	237.994.699,00	235.929.188,42	233.312.597,10	208.044.596,92	0,00	3.368.068,42	3.520.484,72	1.807.906,83
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	8.680.569,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.558.369,00	12.558.369,00	12.558.369,00	12.558.369,00	12.558.369,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde da Família	3.683.651,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.683.651,00	3.683.651,00	3.683.651,00	3.683.651,00	3.683.651,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde	4.458.558,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.458.558,00	4.458.558,00	4.458.558,00	4.458.558,00	4.458.558,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal	538.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	538.360,00	538.360,00	538.360,00	538.360,00	538.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	3.877.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.877.800,00	3.877.800,00	3.877.800,00	3.877.800,00	3.877.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	246.602,334,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	511.657,60	0,00	0,00	0,00	7.613.967,94	8.125.625,44	9.379.000,00	9.172.052,28	9.068.626,64	8.148.565,22	0,00	521.715,83	839.734,24	295.078,73
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	3.643.423,00	1.726.672,04	0,00	184.084,35	1.881.452,20	7.435.631,59	12.079.609,00	11.699.233,39	10.126.668,77	6.537.583,26	0,00	377.082,16	1.179.653,04	1.700.619,21
Compensação de Especificidades Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	98.112.722,86	95.000,00	0,00	369.840,05	78.814.439,85	177.392,002,76	196.437.014,24	194.655.862,95	190.944.256,93	172.684.760,53	0,00	3.662.783,94	1.558.836,39	2.603.294,68
Teto financeiro	71.865.077,35	95.000,00	0,00	369.840,05	78.814.439,85	151.144,357,25	170.189.368,73	168.408.217,44	164.696.611,42	146.437.115,02	0,00	3.662.783,94	1.558.836,39	2.603.294,68
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	5.111.610,12	278.034,38	0,00	379.881,06	28.923.108,81	34.692.627,44	41.363.675,00	39.995.972,29	39.194.267,27	35.349.727,55	0,00	1.411.561,85	2.278.212,20	209.550,24
Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CNRAC - Centro Nacional Regulação de Alta Complex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC	19.128.769,76	0,00	0,00	0,00	0,00	19.128.769,76	19.128.769,76	19.128.769,76	19.128.769,76	19.128.769,76	0,00	0,00	0,00	0,00
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terapia Renal Substitutiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Corneia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Rim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Fígado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Pulmão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Coração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	1.140.688,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.688,17	0,00	0,00	0,00	0,00	47.193.575,00	0,00	0,00	1.140.688,17

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 30/03/2017 07:41:08

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.131.555,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	724.360,00	119.462,48	34.286.149,45	35.129.971,93	2.759.900,00	1.591.264,55	1.511.793,41	1.488.070,27	1.980.000,00	34.306.748,12	898.685,03	233.838,57

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

Os dados acima foram obtidos a partir de uma base de dados proveniente do Sistema de Informação do Orçamento Público da Saúde – SIOPS, referente ao orçamento e execução das receitas e despesas e à aplicação dos recursos próprios e vinculados do município de Ribeirão Preto do exercício de 2016, através dos relatórios preenchidos bimestralmente entregues e homologados dentro do prazo estabelecido no cronograma do Ministério da Saúde.

A Lei Complementar (LC 141/2012) Art. 7º define que: *“Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.”*

O percentual acima citado é calculado da seguinte forma: razão dos valores das despesas com recursos próprios em ações e serviços públicos em saúde realizados no ano, pelo total de receitas de impostos e transferências constitucionais e legais vinculadas à saúde arrecadadas no ano.

Ainda conforme LC 141/2012 Art. 9º: *“Está compreendida na base de cálculo dos percentuais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios qualquer compensação financeira proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.”*

No relatório acima, o quadro de RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE demonstra a composição das receitas compreendidas na base de cálculo do percentual de que trata o Art. 9º da Lei Complementar acima citado. Os dados obtidos demonstraram que em 2016 o município de Ribeirão Preto teve um total de arrecadação de R\$ 1.413.728.041,33, correspondente a 95,46% do total do valor previsto para este período.

Conforme a Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, (...) e será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

No relatório acima, o quadro de RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE demonstra a composição dos recursos vinculados do SUS provenientes da União, dos Estados e Outras Receitas do SUS que foram previstas e realizadas em 2016. O total realizado em 2016 foi de R\$ 164.101.618,11. Este valor representa 95,80% da previsão para este período, que era de R\$ 171.289.941,00. Do total das receitas vinculadas, 96,33% provém das transferências da União, 2,45% dos recursos do Estado e 1,21% Outras Receitas do SUS (Provenientes de remuneração de depósito bancário).

Em relação às despesas o relatório demonstra que o Município apresentou em 2016 um total de despesas empenhadas de R\$ 552.131.738,21. Este valor representa 96,56% da dotação orçamentária atualizada que é de: R\$ 571.811.821,00. O total das despesas liquidadas é de R\$ 541.602.636,45 e o valor das despesas inscritas em restos a pagar não processados é de R\$ 10.529.101,76.

No relatório acima o quadro de DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO, constam as despesas que não fazem parte da base de cálculo para a apuração do percentual mínimo (R\$ 179.426.854,58). Este valor está composto da seguinte forma:

- Pelo item DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS que apresenta o valor das despesas que o município apurou com o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Municipiários de Ribeirão Preto - SASSOM (R\$ 6.747.008,20),
- Pelas despesas empenhadas referente a fonte de recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS (R\$ 167.360.521,88),
- Despesas empenhadas de Outros recursos (R\$ 1.591.264,55) e
- Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício Sem Disponibilidade Financeira (R\$ 3.728.060,15)

O quadro TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, demonstra o total de despesas consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos na Lei Complementar 141/2012. Ainda conforme a LC 141/2012, essas despesas são: *“(…) aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7o da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:*

- I - sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;*
- II - estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação; e*
- III - sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde da população.”*

No exercício de 2016 o total de despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos apresentado pelo município de Ribeirão Preto foi de R\$ 372.704.883,63.

O quadro PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS demonstra que o Município aplicou 26,36%, conforme cálculo abaixo:

Receitas p/ Apuração da Aplicação em Ações e Serv. Públicos Saúde (III) - R\$ 1.413.728.041,33
 Total das Despesas com Saúde (IV) - R\$ 552.131.738,21
 Total das Despesas não computadas (V) - R\$ 179.426.854,58
 Total das Despesas com Ações e Serv. Públicos Saúde (VI)=[IV-V] - R\$ 372.704.883,63
 Percentual Aplic. em Ações Serv. Públicos Saúde Sobre a Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais e Legais (VII%) = (VI/III X 100) = 26,36%

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:
29/03/2017 11:
13:09

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	38,14%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	53,72%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	15,38%

Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	95,74%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	57,76%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	72,39%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$808,69
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	54,87%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	4,15%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	23,20%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	1,35%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	30,09%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	26,36%

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

O município de Ribeirão Preto no ano 2016, aplicou 26,36% de suas receitas próprias em saúde, cumprindo a Lei Complementar 141 de 2012, que prevê a aplicação de no mínimo 15% em ações e serviços de saúde. Este percentual foi maior do que no ano 2015 que foi na ordem de 23,07%.

Em relação aos indicadores relacionados a Receita observa-se que houve redução da maioria dos indicadores, quando comparados aos resultados obtidos no ano 2015: Participação % da receita de impostos na receita total do município passou de 40,62% para 38,14%; Participação % das transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o município passou de 16,67% para 15,38%; Participação % das transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no município passou de 98,38% para 95,74%; Participação % das transferências da União para a Saúde (SUS) no total de transferências da União para o município passou de 62,20% para 57,76%; Participação % da Receita de impostos e transferências constitucionais e legais na Receita Total do município passou de 79,77% para 72,39%.

Observamos que houve uma redução do percentual de recursos financeiros transferidos para a Saúde.

A despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante aumentou, passando de R\$ 717,80 para R\$ 808,69.

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	750.960.000,00	750.960.000,00	744.863.735,82	99,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	285.000.000,00	285.000.000,00	277.646.010,29	97,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	85.000.000,00	85.000.000,00	78.890.308,42	92,81
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	245.000.000,00	245.000.000,00	232.698.971,76	94,97
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	94.000.000,00	94.000.000,00	109.735.654,08	116,74
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.410.000,00	3.410.000,00	4.821.093,68	141,38
Dívida Ativa dos Impostos	38.550.000,00	38.550.000,00	41.071.697,59	106,54
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	730.100.000,00	730.100.000,00	668.864.305,51	91,62
Cota-Parte FPM	62.000.000,00	62.000.000,00	62.641.257,84	101,03
Cota-Parte ITR	2.000.000,00	2.000.000,00	1.219.248,76	60,96
Cota-Parte IPVA	175.000.000,00	175.000.000,00	162.494.452,03	92,85
Cota-Parte ICMS	485.000.000,00	485.000.000,00	437.380.827,76	90,18
Cota-Parte IPI-Exportação	4.000.000,00	4.000.000,00	2.992.989,16	74,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	2.100.000,00	2.100.000,00	2.135.529,96	101,69
Desoneração ICMS (LC 87/96)	2.100.000,00	2.100.000,00	2.135.529,96	101,69
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	1.481.060.000,00	1.481.060.000,00	1.413.728.041,33	95,46

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	171.289.941,00	171.289.941,00	164.101.618,11	95,80
Provenientes da União	165.009.023,00	165.009.023,00	157.114.784,01	95,21
Provenientes dos Estados	4.200.918,00	4.200.918,00	5.090.565,92	121,18
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	2.080.000,00	2.080.000,00	1.896.268,18	91,16
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	171.289.941,00	171.289.941,00	164.101.618,11	95,80

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	533.381.074,00	551.891.554,00	536.231.783,21	8.553.827,77	98,71
Pessoal e Encargos Sociais	298.528.000,00	306.565.800,00	305.983.884,80	0,00	99,81
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	234.853.074,00	245.325.754,00	230.247.898,41	8.553.827,77	97,34

DESPESAS DE CAPITAL	17.515.267,00	19.920.267,00	5.370.853,24	1.975.273,99	36,88
Investimentos	17.515.267,00	19.920.267,00	5.370.853,24	1.975.273,99	36,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	550.896.341,00	571.811.821,00		552.131.738,21	96,56

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		6.747.008,20	0,00	1,22	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		162.150.744,62	6.801.041,61	30,60	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		160.638.951,21	6.721.570,47	30,31	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A		1.511.793,41	79.471,14	0,29	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	3.728.060,15		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		179.426.854,58	32,50	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g))-V(h+i)]			""	0,00	""	N/A

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB X	26,36
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIB)/100)]6	160.645.677,43
---	----------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	5.796,86	0,00	5.796,86	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.796,86	0,00	5.796,86	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	251.026.788,00	255.374.068,00	250.127.755,90	2.616.591,32	45,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	208.735.702,00	218.616.684,00	212.885.121,50	3.791.077,16	39,24
Suporte Profilático e Terapêutico	10.604.609,00	13.049.609,00	10.486.919,30	1.572.604,62	2,18
Vigilância Sanitária	10.000.000,00	9.579.000,00	9.237.137,14	103.425,64	1,69
Vigilância Epidemiológica	33.749.575,00	42.092.075,00	39.922.583,60	801.705,02	7,38
Alimentação e Nutrição	755.000,00	567.000,00	400.399,59	122.599,19	0,09
Outras Subfunções	36.024.667,00	32.533.385,00	18.542.719,42	1.521.098,81	3,63
TOTAL	550.896.341,00	571.811.821,00		552.131.738,21	100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

O Demonstrativo da Utilização dos Recursos apresenta as Receitas, Despesas e Movimentação Financeira por bloco de financiamento. Os blocos de financiamento são: Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica; Gestão do SUS; Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde; Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo e Outras não especificadas anteriormente, conforme abaixo:

· Atenção Básica:

Saldo Anterior (+)	3.520.484,72
Receita (+)	222.258.466,46
Despesa Paga (-)	220.602.965,92
Restos a Pagar (-)	3.368.068,42
Saldo Atual (=)	1.807.906,83

· Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar:

Saldo Anterior (+)	1.558.836,39
Receita (+)	196.531.772,52
Despesa Paga (-)	191.824.530,29
Restos a Pagar (-)	3.662.783,94
Saldo Atual (=)	2.603.294,68

· Vigilância em Saúde:

Saldo Anterior (+)	3.117.946,44
Receita (+)	43.958.941,15
Despesa Paga (-)	43.498.292,77
Restos a Pagar (-)	1.933.277,68
Saldo Atual (=)	1.645.317,14

· Assistência Farmacêutica:

Saldo Anterior (+)	1.179.653,04
Receita (+)	7.435.631,59
Despesa Paga (-)	6.537.583,26
Restos a Pagar (-)	377.082,16
Saldo Atual (=)	1.700.619,21

· Gestão do SUS:

Saldo Anterior (+)	2.471.162,58
Receita (+)	15.138.892,19
Despesa Paga (-)	15.317.616,58
Restos a Pagar (-)	451.091,23
Saldo Atual (=)	1.841.346,96

· Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde:

Saldo Anterior (+)	2.399.431,36
Receita (+)	1.384.723,78
Despesa Paga (-)	1.547.694,68
Restos a Pagar (-)	8.901,72
Saldo Atual (=)	2.227.558,74

· Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo:

Saldo Anterior (+)	111.245,83
Receita (+)	321.335,04
Despesa Paga (-)	352.218,40
Restos a Pagar (-)	27.180,59
Saldo Atual (=)	53.181,68

· Outras:

Saldo Anterior (+)	898.685,03
Receita (+)	35.129.971,93
Despesa Paga (-)	1.488.070,27
Restos a Pagar (-)	34.306.748,12
Saldo Atual (=)	233.838,57

O Município de Ribeirão Preto apresentou um total de Despesas Executadas com Saúde de R\$ 552.131.738,21. Desse total 45,78% foram executadas na subfunção Atenção Básica, 39,24% na subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial, 2,18% na Assistência Farmacêutica, 1,69% na Vigilância Sanitária, 7,38% na Vigilância Epidemiológica, 0,09% em Alimentação e Nutrição e 3,63% em Outras áreas não especificadas.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Não

Ente Federado:

RIBEIRAO PRETO

Demandante:

Órgão responsável pela auditoria:

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

Finalidade da auditoria:

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Encaminhamentos

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano de 2016 para o município de Ribeirão Preto foi marcado por grave crise política e financeira. O município vivenciou um dos maiores escândalos políticos de corrupção, este fato trouxe consequências negativas para todos os setores, incluindo a saúde.

O município de Ribeirão Preto, no ano de 2016, enfrentou sua maior epidemia de dengue, chegando a apresentar incidência de 2.000 casos para cada 100.000 habitantes no mês de fevereiro. Aliado a isso, no mesmo ano, tivemos a introdução do zika vírus em nosso município acometendo, segundo os dados de notificação recebidos, quase 8.000 pessoas.

Para o enfrentamento de tais arboviroses, houve uma grande mobilização das diversas áreas da secretaria da saúde, quer naquelas responsáveis pelo atendimento clínico dos pacientes, como naquelas envolvidas no combate ao mosquito transmissor.

Foram mobilizados recursos humanos e financeiros, para o desenvolvimento das várias estratégias de enfrentamento de tal situação. Como exemplo, cumpre citar a implantação de unidade específica para o atendimento de pacientes com suspeita de dengue, denominado "polo dengue" com atividade durante as 24 horas diárias.

Vale ressaltar também que todas as Unidades de Pronto Atendimento tiveram seus atendimentos duplicados e até mesmo triplicados para atenderem a demanda de suspeitos dessas doenças.

Também houve a necessidade de rever protocolos e realizar capacitações, para qualificar a assistência à demanda excessiva.

Quanto as ações de combate ao mosquito transmissor, foram ampliados dias de trabalho para a realização das ações de bloqueio nos locais com aglomerados de suspeitos.

Além do descrito acima, 2016 foi um ano de grande transmissão do vírus Influenza, com mais de 400 casos suspeitos notificados, com a confirmação da circulação do vírus em mais de 90 casos. Esta situação epidemiológica também provocou a grande procura da vacina contra influenza, com a aplicação de mais de 100.000 doses de vacina no município. Nos últimos meses do ano, detectamos a circulação do vírus amarelo em primatas não humanos em zona urbana e periurbana, o que impôs a necessidade urgente de implementamos as ações de monitoramento dessa epizootia.

Para o atendimento dessas doenças de notificação o município além de implementar suas ações na atenção básica e rede de urgência e emergência contou com a retaguarda da rede hospitalar.

Apesar do orçamento da saúde insuficiente para o atendimento de todas as demandas, o município manteve a rede de serviços funcionando, várias unidades foram reformadas e adequadas, ampliou-se as Equipes de Saúde da Família (ESF), passando de 40 ESF para 44 ESF, ampliou-se também as Equipes de Saúde Bucal (ESB), passando de 17 ESB para 20 ESB, houve a inauguração de mais uma Unidade de Atenção Básica, a USF Jardim Marchesi e também foi implantado mais um Caps infantil no município. Destacamos a reforma e ampliação da UBDS Sumarezinho para transformação em UPA. Apesar da previsão de finalização da construção da UPA Norte, foi executado apenas 50% desta obra. A construção da Academia de Saúde não foi executada devido a problemas com a construtora, que ocasionou o cancelamento do contrato.

Destacamos também os recursos dispensados para o atendimento das ordens judiciais que continuam impactando o orçamento da saúde do município.

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

A Programação Anual de Saúde 2017 encerrará as diretrizes e metas previstas no Plano Municipal de Saúde 2014-2017.

Cabe ao novo gestor elaborar o próximo Plano Municipal de Saúde, tarefa bastante difícil, visto o pouco financiamento para o setor saúde, aliado a Lei de Responsabilidade Fiscal e a grande expectativa da população.

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
PMS 2014_2017.pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
Ata Aprovação PMS 2014 2017.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
PAS 2016 aprovada pelo CMS em reuniao dia 18 11.pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
Ata CMS aprovação PAS 2016.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG
PAS 2017 aprovada.pdf	Programação Anual de Saúde do período 2014
Ata aprovação PAS 2017 CMS-E 18.08.2016.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a Programação Anual de Saúde do período de 2014
PAS 2016 executada .pdf	PAS 2016 execução

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em	25/05/2016	30/09/2016	07/02/2017
Enviado para Câmara de Vereadores em	24/05/2016	29/09/2016	20/02/2017

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	30/03/2017 10:32:31
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	30/03/2017 10:32:31
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	31/05/2017 14:55:09
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	<p>O Relatório Anual de Gestão de 2016 é aprovado com (6) seis votos a favor e (4) quatro votos contra com declaração de voto da conselheira Sra. Adriana justifica seu voto contra aprovação mencionando Operação Sevandija, ocorrida no governo anterior em Ribeirão Preto no ano de 2016, mencionando o parecer realizado pelo professor de economia da USP a respeito das contas do Hospital Santa Lydia e mencionando CPI das Ambulâncias, realizada pela Câmara Municipal. Desta forma, explica não se sentir à vontade para aprovar os valores apresentados no referido Relatório.</p> <p>O voto do Conselheiro Sr. Miguel está inválido devido à falta de legitimidade para direito de voto, embasado em documento elaborado pela comissão de avaliação da Eleição ocorrida em 2016 que relata que o mesmo perdeu sua vaga neste conselho em dezembro de 2016, ou seja, seu voto na última reunião (25/05/2017) que aprova o RAG e ATA não tem legitimidade pois o mesmo não tem direito a voto e não fara parte do Conselho neste período, mas o mesmo poderá se candidatar em uma próxima eleição.</p>
Status da Apreciação	Aprovado
Resolução da Apreciação	4 Data 27/04/2017

RIBEIRAO PRETO - SP, ____ de _____ de ____.

Ações Executadas da Programação Anual de Saúde 2016

Diretriz 1: Fortalecer a Atenção Básica

Objetivo: Expandir e fortalecer a atenção básica de saúde, com ênfase nas ferramentas da Estratégia de Saúde da Família.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Implantar 2 Equipes de Saúde da Família – ESF	Nº de ESF implantadas	-Contratar, remanejar e/ou dobrar carga horária de profissionais para compor as ESF; - Cadastrar as novas ESF na USF Valentina Figueiredo; - Adquirir materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades das ESF.	Meta atingida. Em 2016 foram implantadas mais 4 ESF nas seguintes unidades: 3 no Jardim Marchesi, mais 1 no Jardim Heitor Rigon, totalizando 44 ESF no município.	150.000,00	Orçamento está computado dentro da manutenção e ampliação do quadro de profissionais da atenção básica.
Implantar 2 Equipes de Saúde Bucal –ESB	Nº de ESB implantadas	- Contratar, remanejar e/ou dobrar carga horária de profissionais; - Cadastrar as novas ESB na USF Sumarezinho; - Adquirir materiais, equipamentos e serviços para o desenvolvimento das atividades das ESB.	Meta atingida. Em 2016 foram implantadas mais 3 ESB nas seguintes unidades: 2 no Jardim Marchesi, 1 no CSE Vila Tibério, totalizando 20 ESB no município.	73.520,00	Orçamento está computado dentro da manutenção e ampliação do quadro de profissionais da atenção básica.
Implantar 1 Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), tipo I, em um distrito de saúde.	Nº de NASF implantado	- Remanejar e/ou contratar recursos humanos para o NASF no Distrito Leste - Definir o local para a base da equipe - Habilitar a equipe no Ministério da Saúde	Meta não atingida. O Ministério da Saúde ainda não credenciou as equipes NASF do município.	260.000,00	0,00
Reformar/ampliar 4 unidades de atenção básica.	Nº de unidade de atenção básica reformada/ampliada.	- Reformar/ampliar as unidades: Vila Mariana, Adão do Carmo, Campos Elíseos e Maria das Graças; - Captar recursos de outras esferas de governo (estadual e federal) - Licitar projeto executivo e obra e acompanhamento da mesma conforme licitado.	Meta atingida. Embora as unidades que foram reformadas não coincidam com as unidades que estavam previstas, consideramos que a meta foi atingida, tendo em vista que foram reformadas 12 unidades: ESF Núcleo 2, USF Jd. Paiva, USF Paulo Gomes Romeo e finalização das unidades: Dom Mielli, CSE Vila Tibério, UBS Santa Cruz, ESF Núcleo 1, UBS José Sampaio, USF Maria Casagrande, CMSC Vila Lobato, USF Jd. Marchesi, UBS Jd. Pres. Dutra	700.000,00	183.587,08

Iniciar a construção de 4 Unidades de Atenção Básica.	Nº de Construções de Unidade iniciadas.	- Construir unidades de atenção básica nos bairros: Sumarezinho (em substituição ao aluguel de 3 ESF), no Assentamento da Fazenda da Barra (para 1 ESF), Flamboyans e Antônio Palocci; - Licitar projeto executivo e obra e acompanhamento da mesma conforme licitado.	Meta não atingida. Foram devolvidos os recursos financeiros para o Ministério da Saúde relativos ao repasse das unidades Flamboyans e Antônio Palocci	1.992.667,00	0,00
Finalizar a construção da Academia da Saúde.	Construção da Academia de Saúde finalizada.	- Acompanhar o desenvolvimento da obra conforme licitado no bairro Parque dos Servidores, ligada à UBS Jardim Juliana.	Meta não atingida. A obra chegou a ser iniciada, porém o contrato foi rescindido por problemas na execução da obra. Nenhum pagamento foi efetuado para a empresa.	144.000,00	0,00
Implantar mais 1 Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD no Serviço de Atenção Domiciliar - SAD.	- Nº de EMAD implantada.	- Contratação e ou remanejamento de recursos humanos; - Aquisição de equipamentos, materiais e serviços; - Realização de ações de saúde promocionais, preventivas e curativas através do cuidado no domicílio.	Meta não atingida	600.000,00	0,00
Manter e ampliar o Programa Mais Médicos com 12 profissionais.	Nº de médicos do Programa Mais Médicos.	- Prover moradia e alimentação para os médicos do Programa.	Meta parcialmente atingida. Foram mantidos 3 médicos do Programa. Não houve liberação de novos profissionais pelo Ministério da Saúde.	300.000,00	63.890,10
- Produzir no mínimo 4 materiais educativos - Capacitar 10% das unidades de atenção básica, na estratégia amamenta e alimenta Brasil.	- Nº de material educativo produzido - % de unidades de atenção básica capacitadas.	- Elaborar material educativo para as unidades de saúde com o tema alimentação saudável; - Realizar oficinas nas Unidades Básicas de Saúde.	Meta atingida. - Desenvolvidos 3 materiais educativos - Capacitadas 51% das unidades básicas, - Formação de mais um tutor na Rede Amamenta Alimenta Brasil	15.000,00	3.923,66
- Avaliar o estado nutricional da população atendida em 31 unidades escolares, através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN.	- Nº de unidades escolares (adstritas às unidades de saúde) que realizam o acompanhamento de crianças.	- Capacitar as equipes de saúde das unidades para operacionalizar o sistema; - Capacitar as equipes de saúde das unidades para realizar o Programa Saúde na Escola. - Adquirir materiais e equipamentos de	Meta parcialmente atingida. - As unidades escolares não realizaram o acompanhamento de crianças. - 91,5% das unidades de saúde realizaram o acompanhamento de	15.000,00	0,00

<p>- Avaliar o estado nutricional das crianças menores de 5 anos e gestantes em 30% das unidades de saúde através do SISVAN.</p>	<p>- % de unidades de saúde que realizam o acompanhamento de crianças menores de 5 anos e das gestantes;</p>	<p>antropometria e capacitar as equipes das Unidades de Saúde</p>	<p>crianças menores de 5 anos e das gestantes.</p>		
<p>Acompanhar 73 % das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.</p> <p>- Realizar 2 encontros, em parceria com as Secretarias de Educação e Assistência Social.</p> <p>- Apoiar a realização das comemorações da Semana Mundial de Aleitamento Materno</p>	<p>% de famílias acompanhadas</p> <p>Nº de encontros realizados.</p>	<p>-Realizar acompanhamento periódico nas unidades de saúde;</p> <p>- Manter as unidades de saúde atualizadas em relação à cobertura das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família;</p> <p>- Adequar as unidades de saúde com material permanente equipamentos (recurso Índice de Gestão Descentralizada IGD);</p> <p>-Participar de treinamentos e reuniões promovidos pelo Ministério da Saúde e Secretária Estadual de Saúde;</p> <p>-Elaborar semestralmente relatório de resultados para as Unidades.</p> <p>- Participar das reuniões mensais do Comitê Gestor do Programa Bolsa Família.</p> <p>- Georeferenciar os beneficiários do Programa.</p> <p>- Realizar o XI Encontro de Multiplicadores em Alimentação e Nutrição e a XI Amostra de Experiências Exitosas;</p> <p>- Realizar Encontro Municipal de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável na Semana Mundial de Aleitamento Materno.</p>	<p>Meta parcialmente atingida</p> <p>- Acompanhadas 64,58% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.</p> <p>-Realizados 2 encontros em parceria com as Secretarias de Educação e Assistência Social</p> <p>-Realizadas todas as atividades propostas no V Encontro Municipal de Aleitamento Materno, com peças de Teatro e materiais educativos</p> <p>- Realizado o evento "Semana da Alimentação.</p> <p>- Participação dos seguintes treinamentos e reuniões promovidos pelo Ministério da Saúde: 1ª reunião do FAN em São Paulo, ENAM (Encontro Nacional de Aleitamento Materno) em Florianópolis e Encontro Nacional de Nutricionistas em Brasília.</p>	<p>25.000,00</p>	<p>38.216,55</p>
<p>Manter e ampliar, conforme a necessidade, o quadro de profissionais dos 52 serviços de atenção básica (UBS, USF e UBDS), Consultório na</p>	<p>Nº de unidades e serviços em funcionamento</p>	<p>- Contratar / remanejar profissionais para manter serviços da atenção básica</p> <p>- Prover pagamento do quadro de profissionais na rede de atenção básica.</p>	<p>Meta parcialmente atingida.</p> <p>As reposições de profissionais foram prejudicadas, mas todos os serviços foram mantidos. Foi inaugurada a USF Jardim Marchesi (30/06/2016) e</p>	<p>205.470.000,00</p>	<p>204.907.243,43</p>

Rua, SAD, 2 farmácias popular, departamento de atenção a saúde das pessoas, divisão odontológica, divisão de enfermagem, divisão médica, divisão de farmácia e apoio diagnóstico, programas de saúde, unidades odontológicas escolares e novos serviços implantados.			inaugurada também o novo prédio da USF Valentina Figueiredo em 20/12/2016, esta unidade funcionava em prédio alugado e, através do Programa Minha Casa Minha Vida, a nova unidade foi edificada, sem custos para o município.		
Garantir a manutenção geral dos 52 serviços de atenção básica (UBS, USF e UBDS), Consultório na Rua, SAD, 2 farmácias popular, departamento de atenção a saúde das pessoas, divisão odontológica, divisão de enfermagem, divisão médica, divisão de farmácia e apoio diagnóstico, programas de saúde, centro de detenção provisória, unidades odontológicas escolares e novos serviços implantados.	Nº de unidades e serviços em funcionamento	- Garantir o funcionamento da rede de atenção básica com materiais de consumo, água, luz, telefone, aluguéis e materiais de laboratório, manutenção de equipamentos e veículos.	Meta atingida. Todos os serviços foram mantidos	11.573.268,00	12.961.566,44
Garantir serviços de suporte dos 52 serviços de atenção básica (UBS, USF e UBDS), Consultório na Rua, SAD, 2 farmácias popular, departamento de atenção a saúde das pessoas, divisão odontológica, divisão de enfermagem,	Nº de unidades e serviços em funcionamento	- Garantir o funcionamento da rede de atenção básica com CODERP, correios e Techne.	Meta atingida. Todos os serviços foram mantidos	2.800.000,00	2.171.015,61

divisão médica, divisão de farmácia e apoio diagnóstico, programas de saúde, centro de detenção provisória, unidades odontológicas escolares e novos serviços implantados.					
Garantir serviços complementares dos 52 serviços de atenção básica (UBS, USF e UBDS), Consultório na Rua, SAD, 2 farmácias popular, departamento de atenção a saúde das pessoas, divisão odontológica, divisão de enfermagem, divisão médica, divisão de farmácia e apoio diagnóstico, programas de saúde, centro de detenção provisória, unidades odontológicas escolares e novos serviços implantados.	Nº de unidades e serviços em funcionamento	- Garantir o funcionamento da rede de atenção básica com contratos (FAEPA, Sta Lydia, serviços de limpeza, monitoramento e demais serviços).	Meta atingida. Todos os serviços foram mantidos	22.900.000,00	21.419.675,45
Garantir a aquisição e reposição patrimonial de equipamentos e materiais permanentes para os 52 serviços de atenção básica (UBS, USF e UBDS), Consultório na Rua, SAD, 2 farmácias popular, departamento de atenção a saúde das pessoas, divisão odontológica, divisão de enfermagem, divisão médica,	Nº de unidades e serviços em funcionamento	-Adquirir equipamentos e material permanente de acordo com a necessidade dos serviços de atenção básica.	Meta atingida. Houve aquisição de equipamentos e material permanente de acordo com a necessidade dos serviços.	835.000,00	1.511.348,79

divisão de farmácia e apoio diagnóstico, programas de saúde, centro de detenção provisória, unidades odontológicas escolares e novos serviços implantados.					
--	--	--	--	--	--

Diretriz 2: Adequação da Rede de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar, às necessidades estimadas

Objetivo: Oferecer assistência em saúde de média e alta complexidade através dos serviços da rede municipal de saúde e dos serviços complementares.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Iniciar a construção de 01 Centro de Reabilitação (CER) tipo III	Construção da Unidade iniciada.	- Acompanhar o desenvolvimento da obra conforme licitado; - Adquirir materiais e equipamentos.	Meta não atingida	4.850.000,00	0,00
Atualizar 25% dos Protocolos de Regulação existentes	% de protocolos atualizados	- Rever os protocolos existentes.	Meta atingida. Foram atualizados os seguintes protocolos: cardiologia, gastroenterologia, proctologia, neurologia infantil, nutrição, nefrologia e otorrinolaringologia	0,00	0,00
Implantar 02 novos Protocolos de regulação de exames e procedimentos de média e alta complexidade	Nº de protocolos implantados.	- Elaborar e disponibilizar os protocolos para a rede de saúde. - Realizar treinamento para a rede.	Meta não atingida	0,00	0,00
Manter convênios e contratos para garantir a oferta de 100% das necessidades dos serviços complementares de média e alta complexidade para a rede de saúde.	Nº de convênios mantidos.	- Auditar, controlar, fiscalizar e avaliar as ações e serviços dos conveniados: Hosp. Santa Casa, Hosp. Beneficência Portuguesa, Instituto Santa Lydia, UNAERP, e serviços de hemodiálise (Hosp. São Paulo, Serviço de Nefrologia e Baxter, Hosp. de Retaguarda Francisco de Assis, Cantinho do Céu e APAE CER tipo II); -Estabelecer mecanismos de regulação e controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde.	Meta Atingida. Nº de convênios mantidos = 6 (Hosp. Santa Casa, Hosp. Beneficência Portuguesa, Instituto Santa Lydia, UNAERP, Hosp. de Retaguarda Francisco de Assis, e Hosp de Retaguarda Cantinho do Céu). Nº de contratos mantidos = 04 (Hosp. São Paulo, Serviço de Nefrologia, Baxter e VHP).	102.750.000,00	101.097.170,09 Assim distribuídos: Hosp Sta Casa = 39.823.531,35 Hosp. Benef Portuguesa = 26.738.720,54 Instituto Sta Lydia = 14.317.428,86 UNAERP = 3.872.087,28 Hosp. de Ret. Fco de Assis = 356.986,44 Hosp de Ret.

					Cantinho do Céu = 361.924,32 APAE = 1.680.000,00 Serviços de hemodiálise: Hosp. São Paulo = 7.151.856,69 Serviço de Nefrologia = 4.845.053,05 Baxter = 646.682,80 VHP = 1.302.898,76
Manter e ampliar, conforme a necessidade, o quadro de profissionais de 13 serviços de média complexidade, do departamento de informática, estatística, controle e auditoria - DIECA, divisão de avaliação, controle e auditoria - DACA, divisão de unidades de saúde e laboratório municipal.	Nº de unidades e serviços em funcionamento	- Prover pagamento do quadro de profissionais da rede de média complexidade (UPA, PAM II, CEO, Laboratório Municipal, SAMU, NGA, NADEF, CEREST, Ambulatório Central de Saúde Mental, CAPS II, Ambulatório Regional de Saúde Mental, CAPS infantil e CAPS III), DIECA, DACA, divisão de unidades de saúde e laboratório municipal. - Contratar/remanejar profissionais para manter serviços de média complexidade.	Meta parcialmente atingida. As reposições de profissionais foram prejudicadas, mas, foram mantidos os 13 serviços de média complexidade. A Unidade PAM II foi transformada em CAPS infantil juvenil.	67.005.000,00	71.265.122,25
Garantir a manutenção geral de 13 serviços de média complexidade, do departamento de informática, estatística, controle e auditoria, divisão de avaliação, controle e auditoria, divisão de unidades de saúde e laboratório municipal.	Nº de unidades e serviços em funcionamento	- Garantir o funcionamento dos serviços de média complexidade com materiais de consumo, alugueis, oxigênio, exames laboratoriais.	Meta atingida. Os serviços de manutenção geral dos 13 serviços foram mantidos.	5.010.002,00	5.090.174,07

Garantir serviços de suporte de 13 serviços de média complexidade, do departamento de informática, estatística, controle e auditoria, divisão de avaliação, controle e auditoria, divisão de unidades de saúde e laboratório municipal.	Nº de unidades e serviços em funcionamento	- Garantir o funcionamento dos serviços de média complexidade com CODERP	Meta atingida. Os serviços de suporte dos 13 serviços foram mantidos.	72.000,00	1.428,00
Garantir Serviços complementares de 13 serviços de média complexidade, do departamento de informática, estatística, controle e auditoria, divisão de avaliação, controle e auditoria, divisão de unidades de saúde e laboratório municipal.	Nº de unidades e serviços em funcionamento	- Garantir o funcionamento dos serviços de média complexidade com Raios-x, próteses dentárias e prestadores (Santa Lydia (UPA, Plantões), Laboratórios, contratos vigentes e exames eletroneuromiografia).	Meta atingida. Os serviços complementares dos 13 serviços foram mantidos	29.870.400,00	30.121.832,38
Garantir a aquisição e reposição patrimonial de equipamentos e materiais permanentes para os 13 serviços de média complexidade, do departamento de informática, estatística, controle e auditoria, divisão de avaliação, controle e auditoria, divisão de unidades de saúde e laboratório municipal.	Nº de unidades e serviços em funcionamento	-Adquirir equipamentos e material permanente de acordo com a necessidade dos serviços de média complexidade (reposições e novas unidades).	Meta atingida. Foram adquiridos equipamentos e material permanente de acordo com a necessidade dos serviços.	232.600,00	865.774,25
Implantar Centro de Referência Multidisciplinar em Diabetes, contemplando avaliação e recuperação funcional para portadores de	Centro de Referência Multidisciplinar em Diabetes implantado.	-Definição de local para a implantação do Centro; - Captar recursos para a viabilização do Centro; - Elaborar protocolo de atendimento e fluxos de encaminhamento.	Meta parcialmente atingida. Foi implantado no NGA-54 o Ambulatório de Doenças Crônicas	10.000,00	0,00

neuropatias de membros inferiores.					
Reformar/ampliar 3 unidades da rede de média complexidade.	Nº de unidades reformadas/ampliadas	Reformar/ampliar as seguintes unidades de média complexidade: CEREST, CAPS III, CAPS II Norte, SAMU (transporte e UBDS Vila Virgínia), UPA Treze de Maio e DACA	Meta atingida		286.854,66

Diretriz 3: Reformulação do modelo de Pronto Atendimento e de Urgência e Emergência

Objetivo: Implementar a rede de Pronto Atendimento, urgência e emergência e demanda espontânea de baixa complexidade.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Finalizar a construção da UPA Norte.	UPA Norte finalizada	- Acompanhar o desenvolvimento da obra conforme licitado - Adquirir materiais e equipamentos;	Meta não atingida. A construção da UPA não foi finalizada, foi executado 53% da obra.	2.000.000,00	318.287,65
Iniciar a construção da UPA Sul.	UPA Sul iniciada	- Acompanhar o desenvolvimento da obra conforme licitado.	Meta não atingida.	3.790.000,00	0,00
Finalizar a reforma do CSE Sumarezinho transformando-o em UPA.	UPA Sumarezinho finalizada	- Acompanhar o desenvolvimento da reforma conforme licitado; - Adquirir materiais e equipamentos.	Meta atingida. Obra finalizada, aguardando a aquisição de materiais e equipamentos.	1.120.000,00	1.120.486,89

Diretriz 4: Ampliação e aprimoramento da rede de Atenção Psicossocial

Objetivo: Ampliar o acesso da população à Atenção Psicossocial, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais para atender as pessoas em sofrimento e/ou com demandas decorrentes dos transtornos mentais e/ou do consumo de álcool, crack e outras drogas.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Iniciar a construção de 01 Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS ad)	Construção iniciada.	- Acompanhar o desenvolvimento da obra conforme licitado	Meta não atingida.	800.000,00	0,00
Apoiar a implantação de 01 Unidade de Acolhimento Infante-Juvenil (UAI), em acordo com o previsto no Programa Federal, Portaria MS nº 121 de 25 de janeiro de 2012.	Unidade de Acolhimento Infante-Juvenil (UAI) implantada	-Articular o credenciamento da Unidade de Acolhimento Infante-Juvenil (UAI) junto ao Governo Federal para o oferecimento de 10 vagas para crianças e adolescentes usuários de álcool e droga.	Meta não atingida.	70.000,00	0,00

Manter convênios/contratos com o Sanatório Vicente de Paulo.	Convênios/contratos mantidos.	- Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e serviços desenvolvidos.	Meta atingida.	2.170.000,00	1.865.752,27
Manter convênio com a AMA	Convênio mantido	- Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e serviços desenvolvidos.	Meta atingida.	20.000,00	32.671,66
Estimular projetos de economia solidária	Nº de projetos de economia solidária implantados.	- Orientar as ONG acerca das Portarias Ministeriais sobre os projetos de economia solidária e apoiar na elaboração dos projetos.	Meta parcialmente atingida. O CAPS III, CAPS I e CAPS II estão desenvolvendo projetos.	30.000,00	0,00
- Implantar rede de atenção à gestante, puérpera e nutrízes, usuária de álcool e drogas.	Rede de atenção à gestante usuária de álcool e drogas implantada.	- Implantar protocolos da rede de atenção à gestante usuária de álcool e drogas em todos os níveis de atenção; - Articulação intersetorial (SEMAS, soc civil, etc.); - Trabalhar a reinserção da gestante, principalmente no resgate dos vínculos familiares. - Articular referência ambulatorial p/ as gestantes puérpera e nutrízes, usuárias de álcool e drogas nos CAPS; - Desencadear as negociações junto às maternidades de risco para a implantação Casa da Gestante e Bebê e Puérpera.	Meta não atingida.	20.000,00	0,00
Manter convênio com a Unidade de acolhimento infante juvenil.	Convênio mantido	- Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e serviços desenvolvidos.	Meta atingida. Mantido convênio com a Associação Assistencial Dona Nair Manoelina	310.000,00	360.000,00
Contratar leitos de referência em saúde mental em Hospital Geral, em acordo com a Portaria MS nº 148 de 31 de janeiro de 2012.	Nº de leitos psiquiátricos habilitados em Hospitais Gerais	- Fomentar a discussão junto aos Hospitais Gerais conveniados para a habilitação de leitos psiquiátricos.	Meta não atingida.	33.000,00	0,00
Participar dos processos de educação permanente para profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no projeto "Percurso formativos na RAPS: Intercâmbio entre experiências".	Nº de profissionais da RAPS que participaram do projeto	- Disponibilizar e viabilizar a participação dos profissionais que atuam na RAPS no projeto. - Desenvolver plano de educação permanente para a qualificação da RAPS do município.	Meta não atingida.	160.000,00	0,00

Diretriz 5: Fortalecimento das ações de controle e prevenção de epidemias e endemias (Dengue, HIV/Aids, Tuberculose, hanseníase, Hepatites Virais, Sífilis, Leishmaniose Tegumentar e Visceral).

Objetivo: Fortalecer o Sistema de Vigilância em Saúde por meio das vigilâncias: epidemiológica, sanitária e ambiental (fatores biológicos e não biológicos), ampliando a capacidade de análise da situação de saúde através dos indicadores, direcionando as ações.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Manter e ampliar, conforme a necessidade, o quadro de profissionais da Divisão de Vigilância Sanitária (VISA).	Serviços da VISA funcionando	- Contratar / remanejar profissionais para manter os serviços da VISA. - Prover pagamento do quadro de profissionais da VISA.	Meta parcialmente atingida. Serviços foram mantidos, mas as reposições foram prejudicadas.	9.440.000,00	7.256.402,74
Garantir a manutenção geral da VISA.	Serviços da VISA funcionando	- Garantir o funcionamento dos serviços executados pela VISA com materiais de consumo com manutenção e seguro de veículos, contrato de telefone.	Meta atingida. Serviços de manutenção geral foram mantidos.	310.000,00	153.885,58
Garantir serviços de suporte da VISA	Serviços da VISA funcionando	-Garantir o funcionamento dos serviços da VISA com CODERP	Meta atingida. Serviços de suporte foram mantidos.	40.000,00	31.971,26
Garantir serviços complementares da VISA	Serviços da VISA funcionando	- Garantir o funcionamento dos serviços executados pela VISA com ar condicionado e fotocopadora.	Meta atingida. Serviços complementares foram mantidos.	30.000,00	5.777,00
Garantir a aquisição e reposição patrimonial de equipamentos e materiais permanentes para a VISA.	Serviços da VISA funcionando	-Adquirir equipamentos e material permanente de acordo com a necessidade dos serviços da VISA	Meta atingida. Houve aquisição e reposição patrimonial de equipamentos e materiais quando necessário	100.000,00	140.508,85
Manter e ampliar, conforme a necessidade, o quadro de profissionais do departamento de vigilância em saúde e planejamento, das Divisões: Epidemiológica, Ambiental, da central de vacinas, dos Centros Distritais de Vigilância em Saúde (norte, sul, leste, oeste e	Serviços funcionando	- Contratar / remanejar profissionais - Prover pagamento do quadro dos profissionais.	Meta parcialmente atingida. Todos os serviços foram mantidos, mas as reposições foram prejudicadas.	28.310.000,00	34.880.425,94

central), do Programa DST/Aids, Centro de Referência - DST/Aids, Centro de Ref. em Moléstias Infec. "Maria Conceição da Silva" e Centro de Ref. Simioni.					
Garantir a manutenção geral do departamento de vigilância em saúde e planejamento, das Divisões: Epidemiológica, Ambiental, da central de vacinas, dos Centros Distritais de Vigilância em Saúde (norte, sul, leste, oeste e central), do Programa DST/Aids, Centro de Referência - DST/Aids, Centro de Ref. em Moléstias Infec. "Maria Conceição da Silva" e Centro de Ref. Simioni.	Serviços funcionando	- Garantir o funcionamento dos serviços executados com água, luz, telefone e material de consumo, material educativo.	Meta atingida. Serviços de manutenção geral foram mantidos.	1.854.575,00	3.509.932,27
Garantir serviços de suporte do departamento de vigilância em saúde e planejamento, das Divisões: Epidemiológica, Ambiental, da central de vacinas, dos Centros Distritais de Vigilância em Saúde (norte, sul, leste, oeste e central), do Programa DST/Aids, Centro de Referência - DST/Aids, Centro de Ref. em Moléstias Infec. "Maria Conceição da Silva" e Centro de Ref. Simioni.	Serviços funcionando	- Garantir o funcionamento dos serviços executados com CODERP, limpeza, correios, copiadora.	Meta atingida. Serviços de suporte foram mantidos.	85.000,00	1.564,00
Garantir serviços complementares do departamento de vigilância em	Serviços funcionando	- Garantir o funcionamento dos serviços executados com convênios e	Meta atingida. Serviços complementares foram mantidos.	2.050.000,00	1.512.327,32

saúde e planejamento, das Divisões: Epidemiológica, Ambiental, da central de vacinas, dos Centros Distritais de Vigilância em Saúde (norte, sul, leste, oeste e central), do Programa DST/Aids, Centro de Referência - DST/Aids, Centro de Ref. em Moléstias Infec. "Maria Conceição da Silva" e Centro de Ref. Simioni.		contratos.			
Garantir a aquisição e reposição patrimonial de equipamentos e materiais permanentes do departamento de vigilância em saúde e planejamento, das Divisões: Epidemiológica, Ambiental, da central de vacinas, dos Centros Distritais de Vigilância em Saúde (norte, sul, leste, oeste e central), do Programa DST/Aids, Centro de Referência - DST/Aids, Centro de Ref. em Moléstias Infec. "Maria Conceição da Silva" e Centro de Ref. Simioni.	Serviços funcionando	- Adquirir equipamentos e material permanente de acordo com a necessidade dos serviços	Meta atingida. Houve aquisição e reposição patrimonial de equipamentos e materiais quando necessário.	170.000,00	652.486,49
Finalizar a reforma/adequação dos seguintes serviços: - canil, gatil, - laboratório de entomologia e animais peçonhentos, e - central de imunobiológicos.	Reformas/adequações finalizadas	- Acompanhar o desenvolvimento da reforma conforme licitado	Meta parcialmente atingida. Executado a reforma do canil e gatil.	480.000,00	188.476,23

Finalizar a reforma/adequação do Centro de Referência do Simioni.	Reforma/adequação finalizada.	- Acompanhar o desenvolvimento da reforma conforme licitado.	Meta parcialmente atingida. A reforma foi iniciada, mas não foi concluída.	200.000,00	124.509,59
Capacitar 80% dos profissionais das unidades para as ações de prevenção e atenção integral as DST/aids, tuberculose e hepatites virais.	- % das unidades de saúde com profissionais que passaram por capacitação no ano.	- Realizar oficinas e seminários para ações em DST/aids, tuberculose e hepatites virais; - Participar de eventos técnicos.	Meta atingida - participação de profissionais em capacitações do programa de 87% das unidades da rede básica de saúde.	60.000,00	Os recursos financeiros utilizados para o desenvolvimento desta ação estão contidos na manutenção geral do Departamento de Vigilância em Saúde.
Garantir as ações de prevenção das DST/aids, tuberculose e hepatites virais para as populações chave e população em geral.	- Nº de materiais produzidos; - Nº de atividades do CTA Itinerante; - Nº de campanhas realizadas.	- Confeccionar e adquirir material instrucional; -Disponibilizar 150.000 unidades de preservativo/mês; - Manter as ações do CTA Itinerante, pelo menos uma vez ao mês; -Realizar 4 campanhas educativas; - Manter a ampliar as ações de redução de danos em consonância com o Consultório na Rua; -Ampliar a assistência aos usuários que buscam a PEP – Profilaxia Pós-Exposição ao HIV; - Adquirir insumos laboratoriais para a realização de testes diagnósticos para campanhas e kit para exames confirmatórios.	Meta atingida - produção de 8 materiais de prevenção, com os temas: sífilis, hepatites B e C, prevenção combinada, redução de danos, DST, PEP sexual. - realização de 12 atividades com o CTA Itinerante. - realização de 4 grandes campanhas de prevenção: carnaval, Dia Mundial de Combate à Tuberculose, Dia Mundial de Luta contra as hepatites virais e Dia Mundial de Luta contra a Aids.	130.000,00	Os recursos financeiros utilizados para o desenvolvimento desta ação estão contidos na manutenção geral do Departamento de Vigilância em Saúde.
Garantir o atendimento integral aos pacientes com DST/aids, tuberculose e hepatites virais, com vistas à diminuição da morbimortalidade destas doenças: - 100% das crianças expostas recebendo fórmula láctea no primeiro ano de vida; - 80% dos doentes de tuberculose	- % das crianças expostas recebendo fórmula láctea no primeiro ano de vida; - % doentes com tuberculose recebendo tratamento supervisionado	- Adquirir fórmula láctea para os RN expostos ao HIV durante o primeiro ano de vida; - Manter as equipes de tratamento supervisionado nos ambulatórios de tuberculose; - Adquirir materiais e insumos para atendimento aos pacientes em Assistência Domiciliar Terapêutica.	Meta atingida - 100% das crianças expostas receberam fórmula láctea; - tratamento supervisionado ofertado para 90,6% dos doentes de TB.	110.000,00	180.772,77

recebendo tratamento supervisionado.					
Descentralizar recursos financeiros para a Sociedade Civil de acordo com a Portaria GM/Ministério da Saúde 3.276/2013 e a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite nº 63 de 21/11/2014.	- Nº de entidades da Sociedade Civil conveniadas.	- Financiar por meio de Edital de Seleção Pública, convênio de projetos da Sociedade Civil.	- Meta atingida 02 entidades da Sociedade Civil conveniadas, com 3 projetos em execução.	300.000,00	243.000,00 Asgatas = 162.000,00 (2 projetos) GRUPAR = 81.000,00
Aderir ao Programa Estadual de Incentivo à campanha “Todos juntos contra o Aedes aegypti” – Resolução SS 9 de 15/02/2016	Termo de Adesão assinado com o Estado	Realização, aos sábados, de vistorias domiciliares, por agentes de saúde e supervisores, de modo a eliminar criadouros do mosquito, bem como mobilizar a população para evitar novas infestações.	Meta atingida. Termo de Adesão assinado.	284.400,00	277.680,00

Diretriz 6: Garantia da Assistência Farmacêutica

Objetivo: Promover o acesso à assistência farmacêutica nos diversos níveis de atenção à saúde, adotando medidas que garantam o acesso com qualidade, segurança e menor custo.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Garantir o atendimento da demanda de medicamentos padronizados pela Relação Municipal de Medicamentos – REMUME	Nº de atendimentos realizados	- Adquirir medicamentos padronizados	Meta atingida Nº de atendimentos realizados = 1.975.739, número de dispensações = 4.787.157	13.050.309,00	13.961.456,87
Garantir a manutenção geral das 2 unidades do Programa Farmácia Popular.	Nº de unidades do Programa Farmácia Popular em funcionamento	- Garantir o funcionamento dos serviços executados	Meta atingida. Mantidas as 2 unidades da Programa Farmácia Popular	320.000,00	360.250,53

Diretriz 7: Implantação do Modelo de Gestão em todos os níveis

Objetivo: Adotar mecanismos de gestão participativa nas Unidades de Saúde, com formação de comitês gestores em que participem os diferentes setores de produção e de apoio dessas unidades.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Garantir o quadro de profissionais para o funcionamento do gabinete do secretário, departamento	Serviços funcionando	- Contratar / remanejar profissionais - Prover pagamento do quadro dos profissionais.	Meta parcialmente atingida. Todos os serviços foram mantidos e em funcionamento, mas as reposições foram prejudicadas.	17.003.000,00	14.534.694,68

administrativo e financeiro, divisão de finanças e custo operacional, divisão de gerenciamento de pessoal, divisão de gerenciamento administrativo e apoio, seção de sub-almojarifado, seção de transportes, seção de manutenção, divisão de planejamento em saúde, divisão de informática e estatística vital, comissionados, comissão sindicante, ouvidoria e arquivo central.					
Manter manutenção geral para o gabinete do secretário, departamento administrativo e financeiro, divisão de finanças e custo operacional, divisão de gerenciamento de pessoal, divisão de gerenciamento administrativo e apoio, seção de sub-almojarifado, seção de transportes, seção de manutenção, divisão de planejamento em saúde, divisão de informática e estatística vital, comissionados, comissão sindicante, ouvidoria e arquivo central.	Serviços funcionando	- Garantir o funcionamento dos serviços executados com: aluguel (almojarifado, sede e manutenção) água, luz e telefone (sede e seções), multas de trânsito, pronto pagamento e viagens.	Meta atingida. Serviços de manutenção geral foram mantidos.	1.070.000,00	945.987,81
Manter serviços complementares para o gabinete do secretário, departamento administrativo e financeiro, divisão de finanças e custo operacional, divisão de gerenciamento de	Serviços funcionando	- Garantir o funcionamento dos serviços executados com CIEE, Estágio Cidadão, taxas administrativas e FUNDET, contratos (monitoramento de alarme das seções e serviços de moto frete para a sede).	Meta atingida. Serviços complementares foram mantidos.	1.850.000,00	1.225.837,65

<p>peçoal, divisão de gerenciamento administrativo e apoio, seção de sub-almoarifado, seção de transportes, seção de manutenção, divisão de planejamento em saúde, divisão de informática e estatística vital, comissionados, comissão sindicante, ouvidoria e arquivo central.</p>					
<p>Garantir a aquisição e reposição patrimonial de equipamentos e materiais permanentes para a rede de saúde e Emendas Parlamentares.</p>	<p>Serviços funcionando</p>	<p>- Adquirir equipamentos e material permanente de acordo com a necessidade dos serviços</p>	<p>Meta atingida. Aquisições realizadas: -Emenda Parlamentar nº 56024581000/1140-02 (5 veículos, 2 impressoras e 10 computadores) - Saldo da Emenda Parlamentar nº 56024581000/1120-01 (1 digitalizados) - Recurso do complexo regulador (equipamentos de informática) - Rede de frios (aparelhos de ar condicionados).</p>	<p>400.000,00</p>	<p>679.168,08</p>
<p>Ampliar a rede de fibra ótica para 75% das Unidades de Saúde.</p>	<p>% de rede de fibra ótica existente na rede</p>	<p>- Aquisição de material e instalação da fibra ótica.</p>	<p>Meta parcialmente atingida % de rede de fibra ótica existente na rede = 60,86 %</p>	<p>80.000,00</p>	<p>82.125,00</p>
<p>Atender 100 % dos processos judiciais</p>	<p>% de atendimento dos processos judiciais.</p>	<p>- Adquirir materiais e serviços para atendimento às demandas judiciais.</p>	<p>Meta atingida</p>	<p>4.930.000,00</p>	<p>4.966.058,31</p>
<p>Implantar Comitê Gestor em 75% das Unidades de Saúde.</p>	<p>% de Unidades de Saúde com Comitê Gestor implantado</p>	<p>- Elaborar o Regimento Interno de funcionamento do Comitê; - Estimular, incentivar e assessorar as Unidades de Saúde para que organizem o Comitê Gestor.</p>	<p>Meta atingida 57 % das Unidades de Saúde tem Comitê Gestor implantado.</p>	<p>0,00</p>	<p>0,00</p>
<p>Implantar a avaliação de satisfação dos usuários em 75% das unidades de saúde</p>	<p>% de Unidades de Saúde que implantaram a avaliação de satisfação de usuários.</p>	<p>- Incentivar e assessorar as Unidades de Saúde para que implantem a avaliação de satisfação nas unidades de saúde.</p>	<p>Meta não atingida</p>	<p>0,00</p>	<p>0,00</p>

Iniciar a construção do complexo de práticas integrativas e complementares englobando: cultivo de plantas medicinais e laboratório de manipulação (Farmácia Viva), ambulatório e espaço para educação em saúde.	Início da construção do complexo de práticas integrativas e complementares	- Captar recursos junto ao governo federal; - Licitar projeto executivo e obra; - Acompanhar o desenvolvimento da construção.	Meta não atingida	500.000,00	0,00
Buscar recursos junto ao Governo Estadual	Nº de editais viabilizados para o município	Captar recursos com o governo Estadual nas diversas linhas de financiamento, conforme editais publicados.	Meta não atingida. Foi restituído ao Estado o valor residual do Termo Aditivo Qualisubs fase II (UBS João Rossi).	70.000,00	788,69

Diretriz 8: Aprimoramento das relações inter regionais, com estabelecimento de pactuações de prestação de serviços e contraprestação financeiras com os municípios da regional de saúde e com o gestor estadual.

Objetivo: Promover o atendimento integral a saúde em seus diversos níveis.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Participar de todos os fóruns de discussão e ou elaboração do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP).	Nº de participações em fóruns de discussão do COAP.	- Levantar a demanda e oferta de ações e serviços de saúde do município, relacionadas ao COAP; - Propiciar a participação de técnicos da SMS em todos os eventos relacionados ao COAP	Meta atingida. O município participou de todas as reuniões organizadas pela DRSXIII, porém não houve avanço na elaboração do COAP pelo Estado de São Paulo.	0,00	0,00

Diretriz 9: Fortalecimento e ampliação de atividades cooperativas com entidades educacionais dedicadas à formação de profissionais técnicos e universitários nas carreiras que tenham afinidade com a prestação de serviços de saúde.

Objetivo: Integrar as atividades da assistência e ensino visando complementar a assistência e estimular a formação de profissionais para o SUS.

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Manter convênios com as Instituições de Nível Médio para o desenvolvimento de estágios na rede municipal de saúde.	Nº de convênios com Instituições de Nível Médio.	- Organizar a rede para o recebimento dos alunos; - Monitorar os estágios realizados na rede municipal de saúde.	Meta atingida. Nº de convênios com Instituições de Nível Médio = 02 (Projeção e SENAC).	0,00	0,00

Manter convênios com as Instituições de Ensino Superior	Nº de convênios com as Instituições de Ensino Superior.	- Organizar a rede para o recebimento dos alunos; - Monitorar os estágios realizados na rede municipal de saúde.	Meta atingida. Nº de convênios com Instituições de Nível Superior = 05	0,00	0,00
Manter e estimular novos projetos de integração ensino-serviço: PRÓ e PET Saúde e outros	Nº de projetos ensino-serviço existentes na rede municipal de saúde.	- Colaborar com as Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento dos projetos.	Meta atingida Finalização do PRÓ e PET Saúde. Não houve novos editais pelo Ministério da Saúde.	0,00	0,00
Elaborar o COAPES	COAPES elaborado	- Promover discussão com as Universidades para definição e detalhamento do COAPES.	Meta atingida. Foi elaborado contrato, assinado pelos 26 municípios da DRS XIII e que está sendo assinado pelas Universidades.	0,00	0,00

Diretriz 10: Fortalecimento do Controle Social

Objetivo: Implantar Conselhos Locais de Saúde em todas as Unidades Básicas e Distritais de Saúde e de Conselhos de Gestão Participativa em Unidades Especializadas

Meta	Indicador	Ação Programada	Resultado	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Liquidado (R\$)
Garantir a participação social através do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e dos Conselhos Locais de Saúde (CLS).	- Nº de reuniões realizadas pelo CMS - Nº de CLS em funcionamento - Nº de eventos com participação do CMS	- Propiciar a participação dos conselheiros em eventos relacionados a participação social e em cursos de capacitação; - Produzir material educativo; - Fomentar a implantação de novos CLS e apoiar o funcionamento dos existentes.	Meta Atingida - Nº de reuniões realizadas pelo CMS = 15 - Nº de CLS em funcionamento = 06 - Nº de eventos com participação do CMS = 15	40.000,00	526,80
Realizar cursos de capacitação, para os Conselhos Locais de Saúde para o fortalecimento da participação social.	Nº de cursos realizados.	- Produzir material educativo, cartilhas e material de apoio para os Conselhos Locais de Saúde.	Meta não atingida. Houve proposta de encaminhamento para realização de cursos para capacitação de conselheiros, porém, não houve tal capacitação.	10.000,00	0,00
Revisar o Regimento dos Conselhos Locais de Saúde	Regimento dos Conselhos Locais de Saúde revisados.	- Promover a discussão no CMS sobre a nova redação do Regimento dos Conselhos Locais de Saúde; - Elaborar o novo regimento.	Meta não atingida. Houve criação das comissões para revisar o Regimento Interno dos CLS, porém, sem conclusão em 2016.	0,00	0,00
Realizar reunião anual com os Conselhos Locais de Saúde	Reunião realizada	- Organizar e viabilizar o encontro anual com todos os Conselhos Locais existentes no município.	Meta não atingida.	0,00	0,00